

**A. I. Nº** - 087163.0059/06-3  
**AUTUADO** - SUSHI DELI COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.  
**AUTUANTE** - JOSÉ SILVIO LEONE DE SOUSA  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 11.12.2006

#### **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF Nº 0374-01/06**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Refeitos os cálculos. Exigência fiscal parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 25/09/2006, exige imposto no valor de R\$1.602,45, pela falta de recolhimento do ICMS antecipação tributária, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, nos meses de março a maio, agosto, setembro e dezembro de 2004.

O autuado, às fls. 29/30, apresentou defesa informando que sua atividade é de restaurante, sendo optante pelo regime simplificado de apuração – SimBahia, conforme art. 383-A do RICMS/BA.

Argumentou ter efetuado conferência dos cálculos efetuados pelo autuante e encontrado divergência, apontando como valor a antecipar a quantia de R\$858,62, e não R\$1.602,45 como indicado pelo autuante. Não foi deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição, estando, a seu ver, o cálculo em desacordo com o que estabelece o art. 352-A.

Também alegou que no mês de agosto de 2004, foi incluída a nota fiscal nº 00408, de 20/08/2004, no valor de R\$ 840,00, tendo como emitente a empresa Innovah Móveis Ltda., sendo que se refere a compra de 06 (seis) cadeiras para integrar o ativo imobilizado da empresa. Desta maneira, a operação não é alcançada pela “Antecipação Parcial”.

Requeru o reconhecimento parcial da autuação e, o ajuste do valor para sua regularização.

O autuante, à fl. 39, informou não proceder a informação da empresa de ter havido divergência na cobrança da antecipação parcial. Disse equivocar-se o contribuinte, porquanto a base de cálculo utilizada pelo autuado foi a constante no Auto de Infração e o imposto cobrado na autuação já foi deduzido o valor do imposto destacado na nota fiscal, como se confirma nas planilhas anexadas ao processo nas fls. 8 a 13.

Disse discordar da exclusão da nota fiscal nº 00408, já que na DME não consta nenhuma compra realizada para o ativo imobilizado.

Opinou pela manutenção da autuação.

#### **VOTO**

Inicialmente, ressalto que apesar de constar na tipificação da infração de exigência de imposto devido por antecipação tributária, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou

ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, a acusação trata de exigência de tributo decorrente de falta de recolhimento de imposto devido por antecipação tributária parcial, tendo o autuante elaborado demonstrativo da citada antecipação.

O autuado, cientificado da irregularidade apurada, indica existência de equívoco na apuração do valor devido, entendendo que o autuante na apuração do valor devido a título de antecipação parcial não tivesse concedido o crédito destacado nos documentos fiscais, também pede a exclusão da nota fiscal nº 00408, no valor de R\$ 840,00, do cálculo do imposto, no mês de agosto de 2004, relativamente a aquisição de cadeiras, bens destinado ao ativo imobilizado do estabelecimento.

Analisando as peças processuais, constato que apesar da indicação da alíquota de 17% e do valor base de cálculo, indicados no Auto de Infração, o valor consignado como valor do imposto (valor histórico e valor em Real), efetivamente é o corretamente calculado, haja vista que nos demonstrativos do ICMS Antecipação Parcial elaborados consta a indicação da nota fiscal, valor de aquisição (base de cálculo) o valor correspondente a alíquota interna (17%) e o valor do ICMS correspondente ao crédito fiscal destacado nos documentos fiscais e, finalmente o valor do ICMS devido a título de antecipação parcial.

O valor apurado como devido a título de antecipação parcial é o mesmo indicado no Auto de Infração, valendo observar que o autuante ao indicar, no Auto de Infração, a alíquota de 17%, o próprio sistema de informatização calculou o valor da base de cálculo, sem, entretanto, trazer qualquer modificação no valor devido.

Já em relação a nota fiscal nº 00408, o autuado trouxe a comprovação de que se trata de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e, tendo sido arrolado no levantamento do autuante, deve ser excluído o valor de R\$ 84,00, no mês de agosto de 2004, passando o valor a ser exigido neste mês para R\$159,68.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **087163.0059/06-3**, lavrado contra **SUSHI DELI COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.518,45**, acrescido da multa de 50% prevista no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de dezembro de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - JULGADOR